



Correspondentes
Comunitários do
SEKELEKANI
recebem
telemóveis e
bicicletas





Uma das metodologias inovadoras do SEKELEKANI, na monitoria de actividades da indústria extractiva, é a prática de comunicação para a advocacia, virada para a defesa e promoção dos direitos pré-existentes de comunidades vivendo em zonas abrangidas por projetos de extração de recursos naturais, nomeadamente: petróleo e gás, carvão, areias pesadas, rubi, entre outros. Aqui o foco é sobre os direitos sobre a terra e consequente justa indemnização e compensação à sua perda; reassentamentos garantindo vida digna e sustentável aos afectados e o respeito pelos direitos humanos dessas comunidades, de uma forma geral.

Na aplicação desta metodologia, SEKELEKANI conta com o concurso de activistas sociais locais, que, na condição de seus membros, dota-os de alguma capacidade técnica de recolha, seleção e envio de informação, incluindo imagens ou pequenos vídeos, reportando sobre o dia-a-dia

da sua comunidade. São os correspondentes comunitários da organização, que integram, actualmente, uma Rede de Correspondentes Comunitários (RCC) de mais 30 membros. Trata-se de um grupo de activistas rurais que, a par das suas actividades quotidianas nas suas zonas de residência, como camponeses, professores, agentes polivalentes de saúde, pescadores ou estudantes, colaboram para a componente de pesquisa e comunicação do SEKELEKANI, captando e relatando, na sua própria perspectiva, assuntos do quotidiano, da relação entre as suas comunidades e projectos de extração de recursos naturais.

Assim, no âmbito do reforço do trabalho deste grupo, uma parte deles recebeu, no passado dia 9 de Agosto, meios de reforço ao seu trabalho de monitoria à governação local, em particular do impacto de actividades de empresas extractiva, junto das respectivas comunidades, diretame-

nte afetadas.

Com efeito, o grupo de perto de 30 ativistas recebeu telemóveis “smart” e bicicletas resistentes, como instrumentos destinados a reforçar a sua capacidade de locomoção e de comunicação, na recolha, processamento e envio de mensagens, notícias, fotografias ou pequenos vídeo, relatando o dia-a-dia de impactos sociais, económicos ou ambientais atingindo as respectivas comunidades.

Correspondentes comunitários: dar voz aos sem voz!

Criada paulatinamente a partir de 2014, a RCC do SEKELEKANI é uma iniciativa de comunicação para a advocacia de direitos, através da qual são as próprias pessoas afectadas pelos problemas que os reportam, tal como os apreendem, com a finalidade de chamar à atenção sobre riscos ou casos concretos de violação de seus direitos. A rede foi inicialmente criada no âmbito dos impactos da extração de carvão na Província de Tete, e estendeu-se mais tarde para as províncias de Cabo Delgado e Nampula.

Para além da sua edição e publicação na plataforma de cidadania (<http://mapa.civilinfo.org.mz/>) da Agência de Informação da Sociedade Civil (www.civilinfo.org.mz), as estórias recolhidas localmente pela RCC têm servido de alertas para SEKELEKANI realizar investigações mais de fundo, sobre casos de grande impacto sobre as comunidades locais. Entre vários exemplos de alertas que resultaram em investigações de fundo ou ações de advocacia mais abrangente, podem destacar-se os seguintes, nos anos mais recentes:

SOS Topuito, Larde: Campanha de media contra a destruição do Monte Philipo, lugar sagrado da comunidade de Topuito, entretanto destruído pela empresa irlandesa Kenmare, no culminar de exercícios ardilosos que induziram o Regulo a assinar sobre algo que não correspondia as suas expectativas.

Mualadzi, Moatize: falta de comunicação por parte d governo e da ICVL. A comunidade da Vila de Reassentamento de Muladzi, no distrito de Moatize, transferida de Kapanga para dar lugar à exploração de carvão de Benga, era mantida no “esqueci



mento” pelo governo distrital, que pedia apoio para a reposição de seus direitos adquiridos, entretanto abolidos arbitrariamente pela empresa de capitais indianos. Entre tais direitos incluía-se uma “cesta básica”, de alimentos, estabelecida pela Riversdale e Rio Tinto, e abolida pela ICVL quando esta adquiriu as ações daquela. Após denuncia dos correspondentes comunitários locais, não só a companhia aceitou repor a “cesta básica” como também o Governo distrital mudou de postura, sendo hoje mais dialogante com o Comité de Gestao de Recursos Naturais de Mualadzi, cuja constituição SEKELEKANI apoiou.

Narração de Sofrimento

Como tem sido prática, o seminário de Pemba foi mais uma ocasião privilegiada, em que os correspondentes contaram estórias de suas vivências diárias junto de suas comunidades, partilhando assim suas experiências de monitoria a impactos locais da indústria extractiva.

Medo do telemóvel

Há estórias recorrentes, de atuação bloqueadora do direito dos cidadãos à informação, a nível local e distrital: a confiscação de telemóvel quer por líderes comunitários locais, quer por agentes da Policia da Republica de Moçambique, alegando “desconfiar” do fim para o qual o correspondente tira imagens de eventos locais ou sob o argumento de evitar “agitação” na comunidade. De Tete a Nampula, passando por Palma (Cabo Delgado) os telemóveis usados pelos correspondentes comunitários tem sido um dos alvos mais perseguidos por agentes de autoridade locais, manifestando temor reverencial por aquilo que estes dispositivos podem captar e revelar... “em Maputo!”.

A seguir, o resumo de três estórias partilhadas ao longo do seminário, ocorrendo em Angoche (Nampula); Senga (Palma) e Topuito (Larde), e que espe- lham o dia-a-dia de quem vive em contacto directo com projectos de exploracao de recursos naturais, tais como: carvão, areias pesadas, gás, grafite, rubi; turmalinas...



Inácio Mutipo
Moma - Nampula



Lopes Cocotela
Angoche - Nampula

1. Angoche, Fabrica (chinesa)de areias pesadas de Nagonha: Não sabemos o que o governo pensa das comunidades locais, que tanto têm sofrido, devido aos danos que a empresa chinesa continua a causar ao ambiente e à vida da população. Quando a Amnistia Internacional denunciou que a empresa não respeita nenhuma norma, nem a lei moçambicana, o governo mandou suspender o trabalho da fabrica. Mas foi por alguns dias. Porque a fábrica reabriu e continua a trabalhar nos mesmos moldes que tinham ditado o seu encerramento. Agora será que o governo tem mais respeito as organizações internacionais do que ao seu próprio povo?

2. Posto administrativo de Senga, distrito de Palma: Primeiro vimos lá pessoas, esticando fitas, para baixo e para cima, ao longo de várias horas. Nos dias seguintes, vimos chegarem máquinas, “limpando” tudo, em machambas de pessoas: plantas de mandioca; árvores de fruta...Fomos perguntar ao Chefe da aldeia: “afinal o que se passa?” E ele

só nos pergunta: “ah, vocês não querem viver na Cidade?” Nós: “mas qual cidade...!”. Dias depois então o chefe apareceu com papéis, nos dizer: “assinar aqui!” Prometeu dar 25 meticais a cada um, pela sua assinatura. E assim ele tinha já lhes prometido dar nossas machambas....”

3. Localidade de Topuito, Distrito de Larde: Eles escavaram todo o lado com as suas máquinas, para tirar pedras. Deixaram as covas assim mesmo. Quando choveu duas crianças caíram ai e morreram. A empresa (Kenmare) foi avisada. Disse que vai fazer qualquer coisa, Mas...nada. Ate data hoje. Os pais das crianças...só chorar. Sozinhos. E no outro dia ainda, disseram ao dono de uma barraca que as maquinas vão destruir a sua barraca, mas podiam endemizar. Era para ser em seis meses. Então a pessoa foi a Nampula comprar produtos para a sua barraca. Atras dele mandaram as máquinas destruir tudo. Então quando ele volta...nem tem onde por os produtos que foram comprar. O resto era só lixo... “